

Discurso proferido pelo deputado
GERALDO RESENDE (PMDB/MS),
em sessão no dia 04/05/2011.

**ABUSO DO CONSUMO DE BEBIDAS
ALCOÓLICAS, UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Assumimos na quarta-feira da semana passada, dia 27, a presidência da Comissão Especial instalada por determinação do presidente desta Casa, Deputado Marco Maia (PT-RS), em atenção à proposta do deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), que terá a tarefa de analisar as razões para o aumento do consumo abusivo de bebidas alcoólicas com o objetivo de propor políticas públicas de prevenção e combate ao alcoolismo.

Consideramos essa iniciativa de grande relevância para o País e aproveitamos para cumprimentar todos os membros dessa nova comissão pela disposição de conjugar esforços no sentido de realizar um diagnóstico

completo sobre o alcoolismo, que é uma doença séria que precisa ser tratada.

Não podemos nos furtar desse desafio, até pela constatação de que o Estado dá muita atenção às drogas ilícitas, mas não atua de forma competente na questão do álcool, como observou o deputado Vanderlei Macris ao apontar estatísticas do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod), instituto vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, mostrando que 40% dos adolescentes e 16% dos adultos que se conscientizam e procuram tratamento para se livrar do vício do álcool experimentaram a bebida antes dos 11 anos de idade. Somente em São Paulo cerca de 1 milhão de pessoas sofrem da doença do alcoolismo.

Em nível nacional, as estatísticas seguem a mesma tendência apurada em São Paulo, o que aumenta a preocupação. O alcoolismo acomete de 10% a 12% da população mundial, e 11,2% dos brasileiros que vivem nas 107 maiores cidades do país.

A doença atinge 40% da população jovem e acaba refletindo também em todos os outros setores da sociedade, inclusive na educação, constituindo-se em fator de aumento da violência.

A violência, como consequência do consumo abusivo de drogas, tanto lícitas quanto ilícitas, é o principal fator a afetar negativamente o desempenho de educadores e estudantes.

Ao abordarmos a questão do alcoolismo, vale lembrar que seu caráter perturbador merece maior atenção do Estado, que precisa, ao estabelecer políticas públicas, buscar ações articuladas, não apenas para combater, mas prevenir, educar para o consumo responsável, já que a bebida alcoólica, infelizmente, está arraigada na cultura.

Se o alcoolismo tem impacto negativo na educação, também é verdade que a educação pode ter impacto positivo no enfrentamento desse mal. O álcool é responsável por cerca de 60% dos acidentes de trânsito e aparece em 70% dos laudos das mortes violentas.

Considera-se abuso do álcool quando uma pessoa utiliza, mesmo que não constantemente, álcool em quantidade suficiente para causar problemas de saúde ou de outra espécie, como brigas e acidentes automobilístico. Mesmo sem ser dependente do álcool, uma pessoa que utiliza o álcool sem moderação pode ter complicações tão ou mais sérias que os alcoólatras.

A literatura médica tem demonstrado que o alcoolismo é uma doença onde há dependência que expõe o usuário a uma deterioração na saúde, na família, no trabalho e no círculo de amizades, por isso o alcoolismo faz parte dos principais problemas da nossa sociedade, da desagregação da família.

O abuso do álcool precisa ser estudado em profundidade e acreditamos que a Comissão Especial terá capacidade de apontar medidas para combater a doença e tratar os dependentes ainda na fase inicial do vício, lembrando que a incidência do alcoolismo é maior entre os mais jovens, especialmente na faixa etária dos 18 aos 29 anos.

De acordo com a última pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) entre estudantes do 1º e 2º graus de dez capitais brasileiras, as bebidas alcoólicas são consumidas por mais de 65% dos entrevistados, estando bem à frente do tabaco. Dentre esses, 50% iniciaram o uso entre os 10 e 12 anos de idade.

Acreditamos que entre as medidas a serem debatidas por essa Comissão, devemos nos concentrar em campanhas educativas, que passariam, necessariamente, pelo controle social do comércio de

bebidas com teor alcoólico, restringindo, por exemplo, a exposição pública do produto como já ocorre com o tabaco.

É preciso derrubar alguns tabus, como o culto à bebida como componente de convívio social. Os programas educativos, de prevenção, devem alertar para os malefícios que o álcool produz no organismo humano, sendo a causa de patologias relacionadas ao cérebro, sistema nervoso central, coração e sistema digestório.

Embora encontremos opiniões divergentes sobre o conceito do alcoolismo, o consumo abusivo deve ser visto como doença, independentemente do que se acredita seja a causa, como a predisposição genética, mas ela não pode ser atribuída à falta de caráter. Há conceitos a serem desmistificados.

Hoje a Medicina dispõe de vários métodos eficazes ao tratamento do alcoolismo, mas é preciso buscar ações que possam frear o crescimento das estatísticas, pois sabemos que a terapia e atenção hospitalar é algo custoso e, como os acidentes de trânsito, pode engolir grande parte dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS).

O tratamento implicaria, mesmo nos casos mais leves, na realização de consultas periódicas

com equipes multidisciplinares experientes (incluindo psiquiatra ou psicólogo) com o apoio da família, onde são discutidas as dificuldades de abandonar o vício e encorajados os esforços. Estudos mostram que este é um método eficaz em reduzir o uso do álcool, dependendo diretamente da frequência das consultas, mas oneroso.

Daí nossa proposta de ações articuladas nas três esferas de poder – governo federal, governo estadual e prefeituras municipais - e mobilização de organizações não-governamentais, com a disseminação de grupos de auto-ajuda.

Ocorre que o alcoolismo é causa de problemas mais sérios que exigem acompanhamento e tratamento psicoterápico e medicamentoso. Muitos alcoólatras apresentam distúrbios psiquiátricos que necessitam de tratamento, e outros sofrem de sintomas de abstinência quando param de beber, consequência da dependência física do álcool. Geralmente, não é necessária internação para desintoxicação, pois a eficácia não é maior. No entanto, certos casos devem obrigatoriamente ser internados.

Reconhecemos os desafios que se impõem à Comissão Especial, mas também estamos convencidos de que podemos contribuir muito para a busca

de soluções e minimizar conseqüências inerentes à doença, como os atos de violência e dos acidentes, desde trânsito até de trabalho, mostrando ser possível conciliar o convívio social com o ato de beber socialmente. A conscientização sobre os malefícios é fundamental.

Também é fundamental levar uma mensagem de otimismo e crença de que, no extremo da doença, as vítimas do álcool possam encontrar apoio e compreensão da sociedade para sua recuperação, com respeito e sem preconceitos.

Muito obrigado pela atenção.

Deputado GERALDO RESENDE

(PMDB/MS)